



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o REGULATORY UPDATE com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O REGULATORY UPDATE contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

2019 RING THE BELL FOR GENDER EQUALITY

Em Março, a AEM participou no Toque do Sino pela Igualdade de Género, assinalando o Dia Internacional da Mulher, numa iniciativa organizada pela Euronext Lisbon e incluída no Ring the Bell For Gender Equality 2019, dinamizado pela United Nations Global Compact e World Federation of Exchanges, entre outras entidades, em mais de 60 Bolsas de Valores em todo o mundo.

Neste ensejo, o Regulatory Update de Março destaca algumas das publicações mais recentes sobre o tema da representação equilibrada entre mulheres e homens.

CMVM - A igualdade de género no mercado de capitais, Intervenção da Presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, na conferência “Women on Boards” - [DOC](#)

IMF - Research on Closing the Gender Gap - [DOC](#)

OCDE - Empowering women in the digital age, Where do we stand? - [DOC](#)

OCDE - SIGI 2019 Global Report - Transforming Challenges into Opportunities - [DOC](#)

OCDE - Measuring women’s economic empowerment: Time use data and gender inequality - [DOC](#)

Eurostat - Gender statistics - Statistics Explained - [DOC](#)

SSRN - As California Goes, So Goes the Nation? The Impact of Board Gender Quotas on Firm Performance and the Director Labor Market - [DOC](#)

PwC - Women in Work Index - [DOC](#)

Barron’s - Are Gender Quotas for Corporate Boards Bad for Stocks? - [DOC](#)

Insead - Promoting Gender Balance Is Everyone's Business - [DOC](#)

Insead - How These Leading CEOs Are Tackling Gender Inequality - [DOC](#)

Financial Times - Special Report: Women in Business - [DOC](#)

HBR - When Will We See More Gender Equality in Investing? - [DOC](#)

HBR - You’ve Committed to Increasing Gender Diversity on Your Board. Here’s How to Make it Happen - [DOC](#)

CFTC - Keynote Address of Commissioner Dawn D. Stump at the Women’s Energy Network 2019 Biennial National Conference - [DOC](#)

Accenture - Equality & Innovation in the Workplace - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Lei n.º 24/2019, de 13 de Março

Determina que o exercício das funções de árbitro em matéria tributária exige a renúncia à condição de magistrado judicial jubilado, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, que aprova o regime jurídico da arbitragem em matéria tributária - [DOC](#)

Lei n.º 23/2019, de 13 de Março

Transpõe a Diretiva (EU) 2017/2399, do Parlamento e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 199/2006, de 25 de outubro, à quadragésima nona alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de novembro - [DOC](#)

Lei n.º 21/2019, de 25 de Fevereiro

Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e procede à terceira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Intern - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 37/2019, de 15 de Março

Clarifica o regime transitório de supervisão das associações mutualistas - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 33/2019, de 4 de Março

Estabelece as regras aplicáveis à Startup Portugal - Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2019, de 4 de Março

Estabelece medidas de apoio às empresas a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo - [DOC](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 40/2019, de 20 de Março

Recomenda ao Governo medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 7-A/2019, de 8 de Março

Declaração de retificação à Lei n.º 3/2019, de 9 de janeiro, «Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e cria condições de acesso a incentivos fiscais em programas de construção de habitação para renda acessível» - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 6/2019, de 1 de Março

Declaração de retificação à Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2019 - [DOC](#)

Portaria n.º 71/2019, de 28 de Fevereiro

Portaria que fixa os valores do complemento extraordinário para pensões de mínimos de invalidez e velhice do sistema de segurança social - [DOC](#)

Despacho n.º 2445/2019, de 12 de Março

Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos - Constituição de depósito - [DOC](#)

Despacho n.º 2083/2019, de 1 de Março

O Ministro dos Negócios Estrangeiros subdelega no conselho de administração da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2019, de 9 de janeiro - [DOC](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

DECRETOS DA ASSEMBLEIA

Decreto da Assembleia 286/XIII, 27 de Março

Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo - [DOC](#)

PROPOSTAS DE LEI

Proposta de Lei 190/XIII, 19 de Março

Cria e regula o funcionamento do Sistema Nacional de Supervisão Financeira - [DOC](#)
Pareceres dos Reguladores - [DOC](#)

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 1181/XIII (BE), 22 de Março

Cria a prestação patrimonial sobre os Ativos por Impostos Diferidos abrangidos pelo Regime Especial aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto - [DOC](#)

Projeto de Lei 1153/XIII (CDS-PP), 14 de Março

Altera a tributação em sede de IRS, de modo a que os rendimentos passem a ser tributados de acordo com os proveitos efetivos do sujeito passivo em cada um dos anos a que se reportam e à taxa efetiva (Alteração ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro de 1988) - [DOC](#)

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução 2046/XIII (PCP), 14 de Março

Em defesa da plena soberania nacional em matérias de política fiscal - [DOC](#)

APRECIÇÕES PARLAMENTARES

Apreciação Parlamentar 122/XIII (PCP), 27 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que "Aprova o Regime das Sociedades de Investimento e Gestão Imobiliária (SIGI)" - [DOC](#)

Apreciação Parlamentar 120/XIII (BE), 21 de Fevereiro

Decreto-Lei n.º 19/2019, de 28 de janeiro, que "aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária" - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Orçamento do Estado - Gastos detalhados do Estado - [DOC](#)

Comunicado do Conselho de Ministros, de 21 de Março - [DOC](#)

ponto 5. Foi aprovado o decreto-lei que altera o Estatuto do Administrador Judicial e o regime da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça.



Comunicado do Conselho de Ministros, de 14 de Março - [DOC](#)

ponto 1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o «Programa Regressar», enquanto programa estratégico de apoio ao regresso ao nosso país de trabalhadores portugueses que tenham emigrado, bem como dos seus descendentes.

ponto 2. Foram aprovados um decreto-lei e uma proposta de lei que vêm determinar a cessação de vigência de 1168 diplomas publicados entre 1981 e 1985. Esta segunda fase do programa «Revoga +» irá remover do ordenamento jurídico diplomas considerados desnecessários, quer porque caíram em desuso, quer porque nunca chegaram a ser objeto de uma revogação expressa ou de um reconhecimento oficial explícito de cessação de vigência.

ponto 7. Foi aprovada a proposta de lei que executa o regulamento europeu que dá cumprimento à cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia. A instituição da Procuradoria Europeia surge com o desígnio de combater, de forma eficaz e especializada, os crimes que lesam os interesses financeiros da União Europeia, materializados naqueles que são efetivamente atentatórios do seu orçamento.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 7 de Março - [DOC](#)

ponto 2. Foi aprovada a proposta de lei que altera a supervisão financeira em Portugal, em linha com o modelo existente a nível europeu. O diploma cria e regula o funcionamento do Sistema Nacional de Supervisão Financeira e reorganiza as funções atribuídas às autoridades de regulação e supervisão do setor bancário (Banco de Portugal), dos mercados de capitais (CMVM) e do setor segurador e fundos de pensões (ASF).

A proposta do Governo tem como principal marca o reforço da coordenação entre as autoridades de supervisão nacionais e a autonomização das funções de resolução, tendo por finalidade o aumento da eficácia da supervisão e o reforço da estabilidade financeira.

Este reforço da coordenação será assegurado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), criado em 2000, que passa também a assumir novas funções em matéria macroprudencial, para melhor detetar e prevenir riscos sistémicos no setor financeiro.

A resolução é confiada a uma nova entidade, a Autoridade de Resolução e Administração de Sistemas de Garantia, com autonomia orgânica que, assim, garante a adequada segregação, como recomendam as regras europeias. Esta entidade inclui também a gestão dos sistemas de garantia que podem ser acionados numa medida de resolução – Fundo de Resolução, Fundo de Garantia de Depósitos e Sistema de Indemnização aos Investidores.

Comunicado do Conselho de Ministros, de 28 de Fevereiro - [DOC](#)

ponto 6. Foi aprovada a proposta de lei que relança o mercado de titularização de créditos em Portugal, através da revisão do quadro legislativo nacional e da implementação do Regulamento (UE) 2017/2402, do Parlamento Europeu e do Conselho. O diploma simplifica as regras relativas à atividade de titularização, de forma a promover o desenvolvimento do mercado de capitais, e permite uma maior eficiência e celeridade no exercício das funções de supervisão.

ponto 9. Foi aprovado o decreto-lei que estabelece o regime de cessão de créditos em massa, concretizando uma medida do Programa Capitalizar. O diploma simplifica a transmissão de carteiras de créditos, dispensando algumas formalidades até agora exigidas e facilitando o registo das respetivas garantias, designadamente as hipotecas. Esta alteração é aplicável a carteiras de créditos cedidas a instituições de crédito, sociedades financeiras ou sociedades de titularização de créditos compostas por, pelo menos, 50 créditos distintos de valor global superior a 50 mil euros.

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública, de 28 de Fevereiro - Documento de reflexão e consulta sobre Finanças Sustentáveis, consulta termina em 30 de Abril - [DOC](#)



REGULAMENTAÇÃO

Regulamento da CMVM n.º 3/2019, de 11 de Março - Primeira alteração ao Regulamento da CMVM n.º 2/2016, de 18 de julho (procedimentos no tratamento de reclamações e resolução de conflitos) - [DOC](#)

Regulamento da CMVM n.º 2/2019, de 8 de Março - Regulamento da CMVM sobre Sociedades de Investimento Mobiliário para Fomento da Economia (SIMFE) - [DOC](#)

CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Comunicado sobre o documento de reflexão e consulta sobre **Finanças Sustentáveis** - [DOC](#)

Prazo de resposta à consulta sobre **Finanças Sustentáveis** prorrogado até 30 de abril - [DOC](#)

CMVM divulga **Parecer sobre Proposta de Lei que cria o Sistema Nacional de Supervisão Financeira** - [DOC](#)

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros divulga **iniciativas legislativas para 2019** - [DOC](#)

Intervenção da Presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, sobre **“A igualdade de género no mercado de capitais”**, proferida na conferência “Women on Boards” - [DOC](#)

Intervenção da Presidente da CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, no ciclo de Conferências ‘As Políticas Públicas em Debate’ **As Políticas Públicas pelo Olhar dos Reguladores** sobre “Regulação e supervisão nos mercados financeiros” - [DOC](#)

Circular relativa à possibilidade de um **OII assumir a qualidade de locatário** num contrato de locação financeira imobiliária - [DOC](#)

Indicadores de mercado publicados em data fixa - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Fevereiro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Fevereiro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Fevereiro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **receção de ordens** - Fevereiro - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

RELATÓRIOS E BOLETINS

Boletim Económico de Março - Projeções para a economia portuguesa: 2019-2021 - [DOC](#)

Estudos da Central de Balanços - **Quadros do setor e quadros da empresa e do setor** - [DOC](#)

Relatório da Conferência “Supervisão Comportamental Bancária Novos - desafios dez anos depois da crise financeira” - Março - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 3/2012 - Março - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 2/2019: 1º Suplemento - Fevereiro - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Março - [DOC](#)



INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Parecer do Banco de Portugal sobre o Projeto de Proposta de Lei que cria e regula o Sistema Nacional de Supervisão Financeira - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, no Delphi Economic Forum IV: "The Challenge of Inclusive Growth" - [DOC](#)

Apresentação da Diretora do Departamento de Mercados e Gestão de Reservas, Helena Adegas, na Conferência "National Asset-liability Management Europe": "Challenges faced by a medium-sized central bank in the Eurosystem" - [DOC](#)

Trabalhadores das instituições envolvidos no crédito hipotecário obrigados a ter competências específicas - [DOC](#)

Taxas máximas aplicáveis aos contratos de crédito aos consumidores no 2.º trimestre de 2019 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Janeiro - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Janeiro - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Janeiro - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Janeiro - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Janeiro - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Janeiro - [DOC](#)

Emissões de títulos: Janeiro - [DOC](#)

Dívida pública: Janeiro - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

SEAF: Despacho n.º 85/2019, de 1 de Março - Clarificação de Obrigações e Prorrogação de Prazos para o respetivo cumprimento, relacionados com o Decreto-Lei n.º 28/2019 - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20208/2019 - Orçamento do Estado para 2019 - Dispensa de pagamento especial por conta (PEC) - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 99/2019, de 12 de Fevereiro

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante dos n.º 3 e 5 do artigo 12.º do regime constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 269/98, de 1 de setembro (na redação resultante do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 32/2003, de 17 de fevereiro), no âmbito de um procedimento de injunção destinado a exigir o cumprimento de obrigações pecuniárias de valor não superior a EUR 15 000 - na parte em que não se refere ao domínio das transações comerciais, nos termos definidos no artigo 3.º, alínea a), do referido Decreto-Lei n.º 32/2003 -, quando interpretados no sentido de que, em caso de frustração da notificação do requerido (para pagar a quantia pedida ou deduzir oposição à pretensão do requerente, nos termos do n.º 1 do mesmo artigo 12.º), através de carta registada com aviso de receção enviada para a morada indicada pelo requerente da injunção no respetivo requerimento, por devolução da mesma, o subsequente envio de carta, por via postal simples, para todas as diferentes moradas conhecidas, apuradas nas bases de dados previstas no n.º 3 do artigo 12.º, em conformidade com o previsto no n.º 5 do mesmo preceito, faz presumir a notificação do requerido, ainda que o mesmo aí não resida, contando-se a partir desse depósito o prazo para deduzir oposição. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 30 de Janeiro

I. Para efeitos de pagamento de juros indemnizatórios ao contribuinte, nos termos do disposto no artigo 43.º da LGT, não pode ser assacado aos serviços da AT qualquer erro que, por si, tenha determinado o pagamento de dívida tributária em montante superior ao legalmente devido, se não estava na disponibilidade da AT decidir de modo diferente daquele que decidiu por estar sujeita ao princípio da legalidade (cfr. art. 266.º, n.º 2, da CRP e art. 55.º da LGT) e não poder deixar de aplicar uma norma com fundamento em inconstitucionalidade, a menos que o TC já tenha declarado a inconstitucionalidade da mesma com força obrigatória geral (cfr. art. 281.º da CRP) ou se esteja perante violação de normas constitucionais directamente aplicáveis e vinculativas, como as que se referem a direitos, liberdades e garantias (cfr. art. 18.º, n.º 1, da CRP) - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 9 de Janeiro

I. Nos termos do n.º 1 do art. 738.º do CPC, «são impenhoráveis dois terços da parte líquida dos vencimentos, salários, prestações periódicas pagas a título de aposentação ou de qualquer outra regalia social, seguro, indemnização por acidente, renda vitalícia, ou prestações de qualquer natureza que assegurem a subsistência do executado» e o n.º 3 do mesmo artigo delimita essa impenhorabilidade, prescrevendo-lhe «como limite máximo o montante equivalente a três salários mínimos nacionais à data de cada apreensão e como limite mínimo, quando o executado não tenha outro rendimento, o montante equivalente a um salário mínimo nacional».

II. Para efeitos de determinação da parte penhorável do vencimento apenas há que considerar «os descontos legalmente obrigatórios» (cfr. n.º 2 do art. 738.º do CPC) e não pode deduzir-se ao vencimento líquido qualquer outra prestação a que o executado esteja legal ou contratualmente obrigado. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 12 de Dezembro de 2018

I. Na tributação em IRS dos rendimentos das mais-valias no âmbito de actividades empresariais sujeitas ao regime simplificado de tributação não pode deixar de se ter em conta, para efeitos de determinar o valor de aquisição, os coeficientes de depreciação monetária.

II. O critério para determinar se o acto deve ser total ou parcialmente anulado passa por determinar se a ilegalidade afecta o acto tributário no seu todo, caso em que o acto deve ser integralmente anulado ou apenas em parte, caso em que se justifica a anulação parcial - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 17 de Janeiro

I. A nulidade por omissão de pronúncia só se verifica perante uma violação dos deveres de pronúncia do Tribunal sobre questões que este deva apreciar. Tal significa que ao juiz se impõe a obrigação de conhecer todas as questões que as partes tenham submetido à sua apreciação, exceptuadas aquelas cuja decisão esteja prejudicada pela solução dada a outras.

II. No caso, não se desconsidera que, em diversos pontos da p.i, a Reclamante se refere à inércia da actuação da AT que não notificou, quando devia, a executada para prestar garantia e que isso originou o montante da garantia agora exigido. No entanto, “por falta de alternativas a executada veio a requerer a aceitação do penhor sobre as acções ...”, ao que se vê, pelo montante apurado pelos competentes serviços e sem que os autos demonstrem que a AT alguma vez tenha sido questionada sobre a correcção do valor da garantia exigida à Executada.

III. A discussão sobre o valor da garantia, cujo conhecimento, segundo a Recorrente, foi omitido, jamais foi uma verdadeira questão colocada ao Tribunal.



IV. Cumpre à AT, perante o caso concreto, averiguar da idoneidade da garantia oferecida em ordem à suspensão da execução fiscal, idoneidade que tem pressuposta a susceptibilidade de assegurar o pagamento da dívida exequenda e do acrescido, caso seja necessário executar a garantia (cfr. artigos. 169.º e 199.º do CPPT e artigo 52.º, da LGT).

V. De forma inovadora, o artigo 176.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março (Orçamento do Estado para 2016) introduziu no CPPT o artigo 199º-A, o qual veio dispor especificamente sobre a avaliação da garantia.

VI. A AT, no caso, e para efeitos de avaliar as acções dadas em garantia, teria que lançar mão do disposto no Código do Imposto do Selo (CIS), em concreto do seu artigo 15º que regula o valor tributável de participações sociais e títulos de crédito e valores monetários.

VII. O artigo 199º-A não estabelece metodologias alternativas para a avaliação das acções num caso como aquele que aqui tratamos (acções sem cotações oficial), designadamente o método que a Recorrente lhe pretende ver aplicado e que tem como base “o valor esperado dos fluxos financeiros futuros a libertar pela Recorrente, calculando com base no seu desempenho histórico e na evolução expectável da respectiva actividade”.

VIII. Contrariamente ao defendido pela Recorrente, o invocado Of. Circulado nº 60.078 não preconizava dois métodos alternativos para a avaliação da garantia constituída por participações sociais. O que se veiculava em tal ofício é que, sem prejuízo de se adoptar o disposto no artigo 15º do CIS para determinação do valor da garantia, com vista à sua constituição e manutenção, para o caso de necessidade de execução da garantia poderia ser utilizado o “outro método, devidamente fundamentado, que permita, com base num modelo - baseado no valor esperado dos fluxos financeiros futuros a libertar pela entidade em questão, calculados com base no seu desempenho histórico e na evolução expectável da respectiva actividade - adequado para o efeito de apurar de forma mais sustentada um valor de realização de liquidez, em caso de necessidade de execução da garantia”. - **DOC**

Acórdão do Supremo Tribunal da Relação do Porto, de 18 de Dezembro de 2018

I. Dada a diversidade de regimes, há que distinguir-se entre, por um lado, as situações em que esteja em causa apurar do preenchimento ou não do elemento subjetivo da contraordenação prevista no artigo 29.º do CT/2009 e, por outro, aquelas em que, por exemplo, a análise incida sobre saber se nos termos do mesmo preceito os atos poderiam ou não integrar justa causa para a resolução do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador.

II. Daí que, conhecendo-se a divergência doutrinária e mesmo jurisprudencial existente a propósito da dimensão volitiva/final do conceito de assédio em geral, não possamos porém, no que se refere a intencionalidade, esquecer que o elemento subjetivo nas contraordenações materializa algo que está para além dos elementos objetivos que integram a conduta sancionável, não podendo pois confundir-se a duplicidade de planos em que a questão do assédio pode assim ser colocada.

III. Havendo que reconhecer a necessidade de uma interpretação prudente do disposto no artigo 29.º do CT/2009, face aos critérios enunciados no artigo 9.º, n.ºs 2 e 3, do Código Civil, teremos de concluir que, para efeitos da prática da contraordenação a que naquele se alude a lei não estipula que no “assédio” tenha de estar presente o “objetivo” de afetar a vítima, bastando que este resultado seja efeito do comportamento adotado pelo “assediante”, não resultando assim desse normativo, por um lado, qualquer referência a que se exija necessariamente o dolo (em qualquer das suas modalidades), sendo que, por outro, o legislador, tal como resulta expressamente do artigo 550.º estabeleceu que nas contraordenações laborais a negligência “é sempre punível”.

IV. Assim, se na verificação dos requisitos do “assédio” em geral se poderá defender a exigência da referida intencionalidade do agente, essa intencionalidade, porém, consubstanciar-se-á então como elemento específico desse conceito, mas já não, por ser coisa diversa, como pressuposto da verificação do elemento subjetivo da contraordenação laboral, pois que quanto a esta, como se viu, por previsão expressa de norma legal, é sempre punível.

V. Integra a prática da contraordenação analisada a conduta da entidade patronal que, no âmbito de um processo de reorganização e reestruturação da empresa, não instaurando qualquer processo de despedimento por extinção do posto de trabalho, em face da recusa do trabalhador em celebrar acordo de cessação do seu contato de trabalho esse mantém sem exercer quaisquer funções, não obstante saber que tal lhe provocava sentimentos negativos de angústia, humilhação e desgaste psicológico. - **DOC**

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 8 de Novembro de 2018

I. É válida a contratação a termo certo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 140.º do CT/2009, para substituição direta ou indireta de um trabalhador que se encontra com incapacidade temporária para o trabalho, não determinando o desaparecimento precoce desse motivo, na vigência do contrato, a sua cessação.

II. O regime previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 147.º é exclusivo dos contratos a termo incerto, não sendo pois aplicável aos casos de celebração de contrato a termo certo em que o motivo foi o da substituição de trabalhador ausente.

III. A menção constante de um contrato a termo de que é celebrado por um período de 8 meses quando nesse contrato se indicam expressamente as datas do seu início e do seu termo, datas essas que não correspondem àquele período, não torna “incerto e/ou confuso o aí plasmado no que concerne ao prazo de duração do contrato e à relação entre a justificação invocada de substituição de trabalhador ausente e o termo estipulado”.



IV. De acordo com as regras da interpretação da declaração negocial, por apelo ao critério enunciado no n.º 1 do artigo 236.º do Código Civil, num caso em que figurem num contrato expressamente as datas do seu início e do seu termo, tendo ainda as partes atendido a esta última posteriormente na celebração de um acordo de renovação, torna-se claro que o sentido a retirar da aposição expressa daquela data no contrato só pode ter sido o de determinar, expressamente, como de resto é imposto por lei, assim na alínea e) do n.º 1 do artigo 141.º do CT/2009, a data do termo, à qual se terá pois de atender independentemente de constar do contrato que a sua duração seria diversa. - [DOC](#)

Decisão Arbitral do Centro de Arbitragem Administrativa, de 4 de Dezembro de 2018

IRC – Artigo 32.º EBF – Encargos financeiros – SGPS - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

DECISIONS AND REGULATION

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/365 of 13 December 2018 laying down implementing technical standards with regard to the procedures and forms for exchange of information on sanctions, measures and investigations in accordance with Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council - March 22 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/364 of 13 December 2018 laying down implementing technical standards with regard to the format of applications for registration and extension of registration of trade repositories in accordance with Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council - March 22 - [DOC](#)

Commission Implementing Regulation (EU) 2019/363 of 13 December 2018 laying down implementing technical standards with regard to the format and frequency of reports on the details of securities financing transactions (SFTs) to trade repositories in accordance with Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council and amending Commission Implementing Regulation (EU) No 1247/2012 with regard to the use of reporting codes in the reporting of derivative contracts - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/463 of 30 January 2019 amending Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council with regard to the list of exempted entities - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/462 of 30 January 2019 amending Delegated Regulation (EU) 2017/1799 as regards the exemption of the Bank of England from the pre- and post-trade transparency requirements in Regulation (EU) No 600/2014 of the European Parliament and of the Council - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/461 of 30 January 2019 amending Delegated Regulation (EU) 2016/522 as regards the exemption of the Bank of England and the United Kingdom Debt Management Office from the scope of Regulation (EU) No 596/2014 of the European Parliament and of the Council - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/460 of 30 January 2019 amending Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council with regard to the list of exempted entities - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/443 of 13 February 2019 amending Delegated Regulation (EU) 2017/588 as regards the possibility to adjust the average daily number of transactions for a share where the trading venue with the highest turnover of that share is located outside the Union - March 20 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/442 of 12 December 2018 amending and correcting Delegated Regulation (EU) 2017/587 to specify the requirement for prices to reflect prevailing market conditions and to update and correct certain provisions - March 20 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/397 of 19 December 2018 amending Delegated Regulation (EU) 2016/2251 supplementing Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council as regards the date until which counterparties may continue to apply their risk-management procedures for certain OTC derivative contracts not cleared by a CCP - March 13 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/396 of 19 December 2018 amending Delegated Regulation (EU) 2015/2205, Delegated Regulation (EU) 2016/592 and Delegated Regulation (EU) 2016/1178 supplementing Regulation (EU) No 648/2012 of the European Parliament and of the Council as regards the date at which the clearing obligation takes effect for certain types of contracts - March 13 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/362 of 13 December 2018 amending Delegated Regulation (EU) No 150/2013 as regards regulatory technical standards specifying the details of the application for registration as a trade repository - March 22 - [DOC](#)



Commission Delegated Regulation (EU) 2019/361 of 13 December 2018 amending Delegated Regulation (EU) No 151/2013 with regard to access to the data held in trade repositories - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/360 of 13 December 2018 supplementing Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council with regard to fees charged by the European Securities and Markets Authority to trade repositories - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/359 of 13 December 2018 supplementing Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the details of the application for registration and extension of registration as a trade repository - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/358 of 13 December 2018 supplementing Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards on the collection, verification, aggregation, comparison and publication of data on securities financing transactions (SFTs) by trade repositories - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/357 of 13 December 2018 supplementing Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards on access to details of securities financing transactions (SFTs) held in trade repositories - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/356 of 13 December 2018 supplementing Regulation (EU) 2015/2365 of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the details of securities financing transactions (SFTs) to be reported to trade repositories - March 22 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/348 of 25 October 2018 supplementing Directive 2014/59/EU of the European Parliament and of the Council with regard to regulatory technical standards specifying the criteria for assessing the impact of an institution's failure on financial markets, on other institutions and on funding conditions - March 4 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/331 of 19 December 2018 determining transitional Union-wide rules for harmonised free allocation of emission allowances pursuant to Article 10a of Directive 2003/87/EC of the European Parliament and of the Council - February 27 - [DOC](#)

Regulation (EU) 2019/452 of the European Parliament and of the Council of 19 March 2019 establishing a framework for the screening of foreign direct investments into the Union - March 21 - [DOC](#)

Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Regulations (EU) No 596/2014 and (EU) 2017/1129 as regards the promotion of the use of SME growth markets - February - [DOC](#)

Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Regulation (EC) No 924/2009 as regards certain charges on cross-border payments in the Union and currency conversion charges - February - [DOC](#)

Council Decision (EU) 2019/458 of 19 March 2019 amending Decision 1999/70/EC concerning the external auditors of the national central banks, as regards the external auditors of Banque centrale du Luxembourg - March 21 - [DOC](#)

Council Decision (EU) 2019/425 of 12 March 2019 on the position to be taken on behalf of the European Union within the Joint Committee established by the Agreement between the European Union and the Kingdom of Norway on administrative cooperation, combating fraud and recovery of claims in the field of value added tax - March 18 - [DOC](#)

Council Decision (EU) 2019/389 of 4 March 2019 on the position to be adopted, on behalf of the European Union, within the EEA Joint Committee, concerning the amendment of Annex IX (Financial Services) to the EEA Agreement (Markets in Financial Instruments Regulation (MiFIR) and Directive MiFID II) - March 12 - [DOC](#)



Decision (EU) of the European Systemic Risk Board of 15 January 2019 amending Recommendation ESRB/2015/2 on the assessment of cross-border effects of and voluntary reciprocity for macroprudential policy measures (ESRB/2019/1) - March 20 - [DOC](#)

Targeted consultation on the draft guidelines on the standardised presentation of the remuneration report under Directive 2007/36/EC, as amended by Directive (EU) 2017/828 - March 1 - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

2019 European Semester: **Country Reports - Portugal** - [DOC](#)

2019 European Semester: **Country Reports** - [DOC](#)

2019 European Semester: **Communication on Country Reports** - [DOC](#)

Assessing **Member States' progress** on economic and social priorities - [DOC](#)

Sustainable Finance: High-Level Conference takes **global cooperation on sustainable finance** to the next stage - [DOC](#)

EU budget: **Tax cooperation between EU Member States** receives welcome boost following funding agreement - [DOC](#)

Statement by Vice-President Dombrovskis on the **Progress Report on the Capital Markets Union** - [DOC](#)

Capital Markets Union: **Political agreement** on a stronger and more integrated European **supervisory architecture**, including on **anti-money laundering** - [DOC](#)

Capital Markets Union: Commission **reports on progress achieved** ahead of European Council - [DOC](#)

Capital Markets Union: Commission welcomes agreement on **EU rules on covered bonds** - [DOC](#)

Capital Markets Union: Commission welcomes agreement on **new rules to further improve access to capital markets for smaller businesses** - [DOC](#)

Capital Markets Union: Agreement simplifies **rules for investment firms to support open and vibrant capital markets** - [DOC](#)

Capital Markets Union: Commission welcomes agreement on **sustainable investment disclosure rules** - [DOC](#)

Capital Markets Union: Making it easier for insurers to **invest in the real economy** - [DOC](#)

Capital Markets Union: agreement on more **robust supervision of central counterparties** - [DOC](#)

Fair Taxation: EU updates **list of non-cooperative tax jurisdictions** - [DOC](#)

Questions and answers on the EU list of non-cooperative tax jurisdictions - [DOC](#)

Commission welcomes agreement on **new rules** paving the way **for better VAT collection on online sales** - [DOC](#)

Foreign direct investment report: continuous **rise of foreign ownership of European companies in key sectors** - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA sets out its approach to several MiFID II/MiFIR and BMR **provisions under a no-deal Brexit** - [DOC](#)



ESMA makes available the results of the annual transparency calculations for **equity and equity-like instruments** - [DOC](#)

ESMA includes MIFID II/ MIFIR in its **interactive single rulebook** - [DOC](#)

ESMA publishes results of the **annual transparency calculations** of the large in scale (lis) and size specific to the instruments (ssti) thresholds for bonds - [DOC](#)

ESMA agrees **position limits under MIFID II** - [DOC](#)

ESMA adds **new venues to register of derivatives** to be traded on-venue under MIFIR - [DOC](#)

MiFID II: ESMA issues latest **double volume cap data** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA clarifies endorsement of **UK credit** ratings in case of a no-deal **Brexit** - [DOC](#)

ESMA'S application of the **trading obligation for shares** following a no-deal **Brexit** - [DOC](#)

ESMA publishes its data **operational plan under a no-deal Brexit** scenario - [DOC](#)

Gender equality in the EU - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its **consultations on sustainable finance** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its **consultation on reporting guidelines under the MMF regulation** - [DOC](#)

ESMA publishes responses to its **Consultations on CSDR Guidelines** - [DOC](#)

ESMA Chair Maijoor's keynote on **crypto-assets** - [DOC](#)

Keynote by ESMA Chair Maijoor at **ALFI 2019 Conference** - [DOC](#)

RegTech and SupTech – change for markets and regulators - [DOC](#)

ESMA publishes **taxonomy files** to facilitate implementation of the ESEF regulation - [DOC](#)

Webinar: New update on **use of LEI** now available - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA launches **consultation to update Guidelines** on harmonised definitions and templates for **funding plans of credit institutions** - [DOC](#)

EBA recommends maintaining **protection of depositors** in case of a no-deal Brexit - [DOC](#)

EBA Board of Supervisors agrees a template for the **MoU to facilitate supervisory cooperation** between the EU and UK supervisors in case of a no-deal Brexit - [DOC](#)

EBA notes good progress in **convergence of supervisory practices** across the EU - [DOC](#)

EBA launches call for papers for its **2019 Policy Research Workshop** - [DOC](#)

EBA goes live with its **central register of payment and electronic money** institutions under PSD2 - [DOC](#)

EBA updates list of **Other Systemically Important Institutions (O-SIIs)** - [DOC](#)



EBA publishes updated impact of the **final Basel III reforms** on EU banks capital and updates on the compliance with liquidity measures in the EU - [DOC](#)

EBA updates methodological **guidance on risk indicators** and analysis tools - [DOC](#)

EBA publishes **clarifications** to the first set of issues raised by its Working Group on APIs under **PSD2** - [DOC](#)

EBA consults on Guidelines on **credit risk mitigation** for institutions applying the IRB approach with own estimates of LGD - [DOC](#)

EBA publishes revised Guidelines on **outsourcing arrangements** - [DOC](#)

EBA publishes final Guidelines on the estimation of **LGD under an economic downturn** - [DOC](#)

The EBA observes a slight increase of **high earners in EU banks** for 2017 - [DOC](#)

EBA will sign today its **new headquarters agreement** with the French authorities - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs propose **amendment to PRIIPs Key Information Document** to clarify application to investment funds - [DOC](#)

ESAs' **Joint Board of Appeal decides** on four appeals under the Credit Rating Agencies Regulation - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Working Paper Series N° 88 - **What drives sovereign debt portfolios of banks in a crisis context?** - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Court of Justice of the European Union, March 12

M.G. Tjebbes and Others v Minister van Buitenlandse Zaken - Request for a preliminary ruling from the Raad van State - Reference for a preliminary ruling — Citizenship of the European Union — Article 20 TFUE — Articles 7 and 24 of the Charter of Fundamental Rights of the European Union — Nationalities of a Member State and of a third country — Loss of the nationality of a Member State and of citizenship of the Union by operation of law — Consequences — Proportionality - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

BOARD AGENDA

Board Leadership in **Corporate Sustainability** — European Report 2018 - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Finanças Públicas: **Situação e Condicionantes 2019-2023** - [DOC](#)

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Mapa-Calendário das Operações - Eleição do Parlamento Europeu - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

Results of the ECON/ENVI Joint Committee Vote on the “**Taxonomy Regulation**” - [DOC](#)

European Issuers Response to the GRI Draft Topic-specific Standard: **Tax and Payments to Governments** - [DOC](#)

FESE - FEDERATION OF EUROPEAN SECURITIES EXCHANGES

The design of equity trading markets in Europe - [DOC](#)

FIA - FUTURES INDUSTRY ASSOCIATION

FIA Warns of Increased **Market Fragmentation Caused by Regulation** - [DOC](#)

FRC - FINANCIAL REPORTING COUNCIL

Financial **Reporting Lab** Survey 2019 - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Lessons from Portugal's Recovery - [DOC](#)

Portugal and the Global Economy: The Way Forward - [DOC](#)

Corporate Taxation in the Global Economy - [DOC](#)

The Structural Determinants of the **Labor Share in Europe** - [DOC](#)

Financial Deepening, Terms of Trade Shocks, and Growth Volatility in Low-Income Countries - [DOC](#)

Costs of Sovereign Defaults: **Restructuring Strategies, Bank Distress and the Capital Inflow-Credit Channel** - [DOC](#)

Opening Remarks by Christine Lagarde on **Corporate Taxation in the Global Economy** - [DOC](#)



NEW FINANCIAL

Brexit & the City - The impact so far - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

Portugal's pension system needs to prepare for rapid population ageing - [DOC](#)

OECD to present new reports, **data on gender equality** for 8 March 2019 - [DOC](#)

Risks rising in corporate debt market - [DOC](#)

Seize the opportunities of **digital technology to improve well-being but also address the risks** - [DOC](#)

OECD **broadband statistics** update - [DOC](#)

Resolving Foreign Bribery Cases with Non-Trial Resolutions - [DOC](#)

OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

IOSCO publishes first **annual work program to enhance the efficacy of its work** - [DOC](#)

ORDEM DOS ADVOGADOS

Parecer do Conselho Geral sobre a Proposta de Lei n.º 124/XIII/3ª - **Determina a cessação da vigência de decretos lei publicados entre 1975 e 1980** - [DOC](#)

PWC - PRICE WATER HOUSE COOPERS

LEME Portugal - Barómetro PwC da Economia do Mar - [DOC](#)

LEME Mundo - Barómetro PwC da Economia do Mar - [DOC](#)

22º CEO Survey: **CEOs' curbed confidence spells caution** - [DOC](#)

Paying Taxes 2019: In-depth analysis on **tax systems in 190 economies** - [DOC](#)

RACONTEUR

CFO Outlook 2019 - [DOC](#)

S&P GLOBAL RATINGS

Next Debt Crisis: **Will Liquidity Hold?** - [DOC](#)

UTAO - UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL

Relatório n.º 3/2019 - **Contas das Administrações Públicas**: janeiro a setembro de 2018 - [DOC](#)

Relatório n.º 4/2019 - **Evolução orçamental**: janeiro 2019 - [DOC](#)

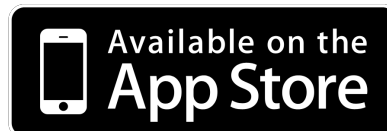


WORLD FEDERATION OF EXCHANGES

WFE response to **FSB's** consultation on **SME** financing - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO

READ

FOLLOW

LINK

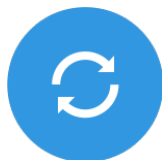
LIKE

SHARE

DISCUSS



[website](#)



[blog](#)



[linkedin](#)



[facebook](#)



[twitter](#)



[e-mail](#)

REGULATORY UPDATE

Março 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa

Telefone: +351 21 820 49 70

Fax: +351 21 807 74 90

abel.ferreira@aem-portugal.com

www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa

Telefone: +351 213 170 996

Fax: +351 213 170 999

sofia.borges@slba.pt

www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral@aem-portugal.com.